

TESE I

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Implementação de um Código de Obras para o melhor planejamento e gerenciamento do espaço edificado das unidades da UNEMAT.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
Gabriel S. Ferrão – Funcionário
Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
Jair Reck - Professor
Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
Cláudia Negreiros – Professora
Dulcídio Mangureira – Professor
Osmar de Barros – Acadêmico
Adailton Alves da Silva - Professor
Emivan F. da Silva – Professor
Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
Fabrício Schwanz da Silva - Professor
Raul Abreu de Assis – Professor
Marfa Magali Roehrs – Professora
Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
Robinson Alves Lemos – Professor
Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico
Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

TESE XXVI

LINHA DE REFLEXÃO: Orçamento e Financiamento da Universidade.

PROPOSTA/TESE:

Levantamento das necessidades de infra-estrutura física de salas de aula e laboratórios necessários para adequação dos cursos já existentes para elaboração e divulgação de cronograma de execução único para toda a Unemat.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário

Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário

Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário

Emerson Mendonça – Funcionário

Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

TESE XVI

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT.

PROPOSTA / TESE:

Art. Vincular a COVEST a pró-reitoria de ensino.

AUTORES:

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Gisele Carignani – Professora

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Marfa Roehrs – Professora

Dulcídio Mangueira – Professor

Sonia M. dos Santos Filho - Acadêmica

Osmar de Barros – Acadêmico



Tese Congresso Universitário – Formação de um Instituto de Ciências Agrárias

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- II – Orçamento e Financiamento da Universidade;
- III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Dentro dos cursos das áreas de agrárias dentro da UNEMAT que envolvem os campi de Alta Floresta: curso de Agronomia e Engenharia Florestal, Cáceres: Agronomia; Tangará da Serra: Agronomia; Pontes e Lacerda: Zootecnia e Nova Xavantina: Agronomia é observado uma necessidade urgente de políticas específicas dentro da Universidade para atender as demandas dessa área.

Essas demandas já foram observadas pelos representantes dos cursos de Agronomia da UNEMAT, dentro da comissão de reestruturação curricular, que se reuniram na semana de em 04/09/2008 e elaboraram um documento que foi entregue ao magnífico reitor, reivindicando os seguintes itens:

1. Criação de uma Comissão Permanente dos cursos de ciências agrárias da UNEMAT, formada por professores lotados nos Departamentos de cada Campus, definidos pelos Colegiados de Cursos, com a finalidade de discutir em Reuniões Anuais as políticas de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de Graduação e Pós-graduação.
2. Criação do Instituto de Ciências Agrárias.
3. Devido às particularidades regionais, sugere-se que o limite de carga horária dos cursos de agronomia seja alterado para 4320 h.
4. Deve-se prezar pela qualidade do ensino em nossos *Campi*, portanto, é extremamente necessário a fragmentação das turmas de aulas práticas e o aporte em estrutura nos Cursos de Agronomia.
5. Realização imediata do concurso para Professores e Técnicos, para provimento das demandas em todos os *Campi*.

A área de agrárias é de grande importância dentro do Estado de Mato Grosso, pois representa-se intimamente ligada ao setor produtivo do Estado e que contribui na matriz econômica de cada região em que os cursos estão locados e participando da diversidade econômicas dessas regiões. Os cursos da UNEMAT da área de agrárias enquanto formadores de recursos humanos apresentam desafios específicos na região como contribuir para a elevação do IDH, questões ambientais, promoção do desenvolvimento incluyente, integrado e sustentável. Portanto é necessário um conjunto de ações e políticas próprias para o curso o que pode ser conseguido através da agregação em uma unidade diferenciada como Instituto em que seja direcionado as devidas competências sobre a área de agrárias.

3. PROPOSTA / TESE (Podem abranger uma ou mais linhas de reflexão; poderão ter no máximo 20.000 caracteres, incluindo espaços, devendo respeitar o seguinte padrão: fonte ARIAL, tamanho 12, espaçamento 1.5, formato .PDF.

Formação de um Instituto de Ciências Agrárias em que estejam integrados os cursos da área de Agrárias os campi de Alta Floresta: curso de Agronomia e Engenharia Florestal, Cáceres: Agronomia; Tangará da Serra: Agronomia; Pontes e Lacerda: Zootecnia e Nova



Xavantina: Agronomia.

A responsabilidade desse novo órgão será de permear, implementar e executar as políticas da Instituição para essa área do conhecimento, bem como aspectos quanto a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira; sendo o gestor de cargo eletivo dentro da linha de reflexão de Gestão democrática, transparente e participativa buscando direcionar os cursos para a gestão sistêmica de todos os fatores que envolvem a área de agrárias, consolidando os cursos de agrárias como referencias no estado de Mato Grosso para a pesquisa, ensino e extensão.

4. RESUMO (O resumo deve ser elaborado conforme a ABNT e informar o problema de forma objetiva, a justificativa e as propostas como solução para os problemas destacados). Deve contemplar informações, com um máximo de 300 palavras de forma que permitam uma adequada caracterização da pré-tese / tese como um todo.

O objetivo da presente proposta é a criação de um Instituto de Ciências Agrárias que irá permear, implementar e executar as políticas da Instituição para essa área do conhecimento, bem como aspectos quanto a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira; sendo o gestor de cargo eletivo dentro da linha de reflexão de Gestão democrática, transparente e participativa buscando direcionar os cursos para a gestão sistêmica de todos os fatores que envolvem a área de agrárias, consolidando os cursos de agrárias como referencias no estado de Mato Grosso para a pesquisa, ensino e extensão. O novo Instituto deverá congrega os cursos que envolvem os campi: Alta Floresta: curso de Agronomia e Engenharia Florestal, Cáceres: Agronomia; Tangará da Serra: Agronomia; Pontes e Lacerda: Zootecnia e Nova Xavantina: Agronomia, bem como a responsabilidade de criação de novos cursos da área.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

Marco Antonio Barelli
Zulema Netto Figueiredo
Delmonte Roboredo
Julio César Wojciechowski
Maricilia Conceição Cardoso de Arruda
Gilmar Laforga
Giulianna Zilocchi Miguel
Vilma Barretto Vila
Cassiano Cremon
Leonarda Grillo Neves
Mônica Josene Barbosa
Petterson Baptista da Luz

TESE XXIV

LINHA DE REFLEXÃO: Orçamento e Financiamento da Universidade.

PROPOSTA/TESE:

Definição clara das atribuições do coordenador de campus e do diretor administrativo.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário

Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário

Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário

Emerson Mendonça – Funcionário

Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
II CONGRESSO DA UNEMAT

PRÉ-TESE
INSTITUTO DE LINGUAGEM
RECONFIGURAÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA
PARA INSTITUTOS E FACULDADES

CÁCERES – MT
2008

**II CONGRESSO DA UNEMAT
PRÉ –TESE DO INSTITUTO DE LINGUAGEM**

**RECONFIGURAÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA PARA OS INSTITUTOS E
FACULDADES**

Instituto de Linguagem – Histórico

Com o curso de Letras nasce uma Universidade!!!

No dia 20 de Julho de 1978, foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que marcaria sua história como uma Instituição para interiorizar e descentralizar o ensino superior no estado de Mato Grosso. Com base na Lei nº 703, foi publicado o Decreto Municipal 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social, com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa. Passa a funcionar como Entidade Autárquica Municipal em 15 de agosto do mesmo ano.

Por meio do Decreto Federal 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos ministrados pelo Instituto. Em 1985, com a Lei Estadual 4.960, de 19 de dezembro, o Poder Executivo institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visa promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

A Lei Estadual 5.495, de 17 de julho de 1989, altera a Lei 4.960 e atendendo às normas da legislação de Educação passa a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC).

Em 1992, a Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passa a denominar-se

Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT), cuja estrutura organizacional é implantada a partir de maio de 1993.

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar 30, institui-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (Funemat). Para vencer as barreiras geográficas impostas pela gigantesca extensão territorial, desenvolve em uma estrutura multi-campi. Fica criada a Sede Administrativa em Cáceres e novos campi em diferentes pontos do Estado: Sinop, Alta Floresta, Nova Xavantina, Alto Araguaia, Pontes e Lacerda, Médio Araguaia (localizado em Luciara), Vale do Teles Pires (Colíder), Barra do Bugres e Tangará da Serra.

Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso homologa e aprova os Estatutos da Funemat e da Unemat por meio da Resolução 001/95-CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14 de Março de 1996.

Em 10 de agosto de 1999 a Universidade é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação por cinco anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica. Com o desmembramento da Sede Administrativa foi criado o Campus Universitário de Cáceres Jane Vanini e, em seguida criou-se o Campus Universitário de Juara.

O Instituto de Linguagem, pioneiro dessa Instituição, foi criado em 1995 e, inicialmente, no ato de sua criação recebeu a denominação de Centro de Ciências Humanas. A gestão do referido centro ficava a cargo do Diretor(a), e do Conselho Didático-Científico, CODIC, órgão constituído por Chefes de Departamento e representantes docentes e discentes.

De sua criação, em 1995, até a presente data, vários foram os professores que desempenharam o papel de Diretores do Instituto de Linguagem: Profa. Dra. Vera Regina Martins e Silva, Profa. Edileuza, Prof. Dra. Fabíola Sartin Dutra Parreira, Prof. Ms Taisir Mahamudo Karin, Prof. Wellington Quintino, Prof. Isaac Newton Ramos e Profa. Ms Maristela

Kury Sarian. O IL encontra-se sob direção da Profa. Dra. Ana di Renzo desde julho de 2008, quando foi eleita, pelo voto direto, pela comunidade acadêmica.

Contando hoje, aproximadamente, com 64 professores mestres, 29 doutores, 20 graduados e 20 alunos bolsistas de projetos de pesquisa, sendo que possui um Dinter em andamento e um Procad com mestrado próprio em preparação.

A profa. Ana di Renzo realizou um Fórum nos últimos 16 e 17 para definir políticas para a área da linguagem com participação de todos os campi da Instituição que possuem curso de Letras e Comunicação Social. A política para assegurar aos docentes prioridade à pesquisa, ao ensino e à extensão, de modo a formar ambiente favorável à atividade criadora, contribuindo com a melhoria social, tem sido um desafio constante para o IL.

Neste sentido, o IL tem sido um lugar importante de confluência e de discussões da área de linguagem muito contribuindo para o destaque cada vez maior que a Instituição tem tido dentro e fora de seu espaço de atuação.

Hoje, a UNEMAT está presente em todas as regiões do Estado, de maneira direta através de seus campi e núcleos pedagógicos e de alunos que atende de todas as partes de Mato Grosso e do Brasil.

Em 30 anos, a UNEMAT cresceu, expandiu por todo estado, diversificou e a sua estrutura inicial reclama premente reestruturação intitucional para fazer frente às exigências do seu papel no contexto regional, nacional e internacional, como instituição pública, gratuita, de referência.

Nessa ordem reestruturação interna e à redefinição das suas relações com as várias unidades e departamentos da Universidade

A Resolução 022/2003- CONSUNI dispõe De acordo com o estatuto da UNEMAT, atualmente, o Instituto apresenta-se sob a seguinte designação:

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA

Art. 37 Os Órgãos de Administração Didático-Científico compreendem:

I – Institutos e Faculdades;

II – Departamentos.

Seção I Dos Institutos e Faculdades

Art. 38 Os Institutos e Faculdades organizar-se-ão em Departamentos que congreguem disciplinas afins, com objetivo de estabelecer o regime de cooperação entre docentes da mesma área de conhecimento, tendo em vista a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Neste momento singular na história institucional, a tese do Instituto de Linguagem propõe o fortalecimento das relações interdepartamentais, como base das ações de pesquisa, ensino e extensão. Essas políticas acadêmico-científicas dos Institutos serão efetivamente consolidadas mediante a autonomia financeiro-administrativa.

Com a descentralização das decisões acadêmico-científicas das Pró-reitorias, instâncias como o CONEPE e o CONSUNI serão reordenadas, dando maior fluidez e operacionalidade às ações tanto desses Órgãos Colegiados quanto dos Institutos e Departamentos.

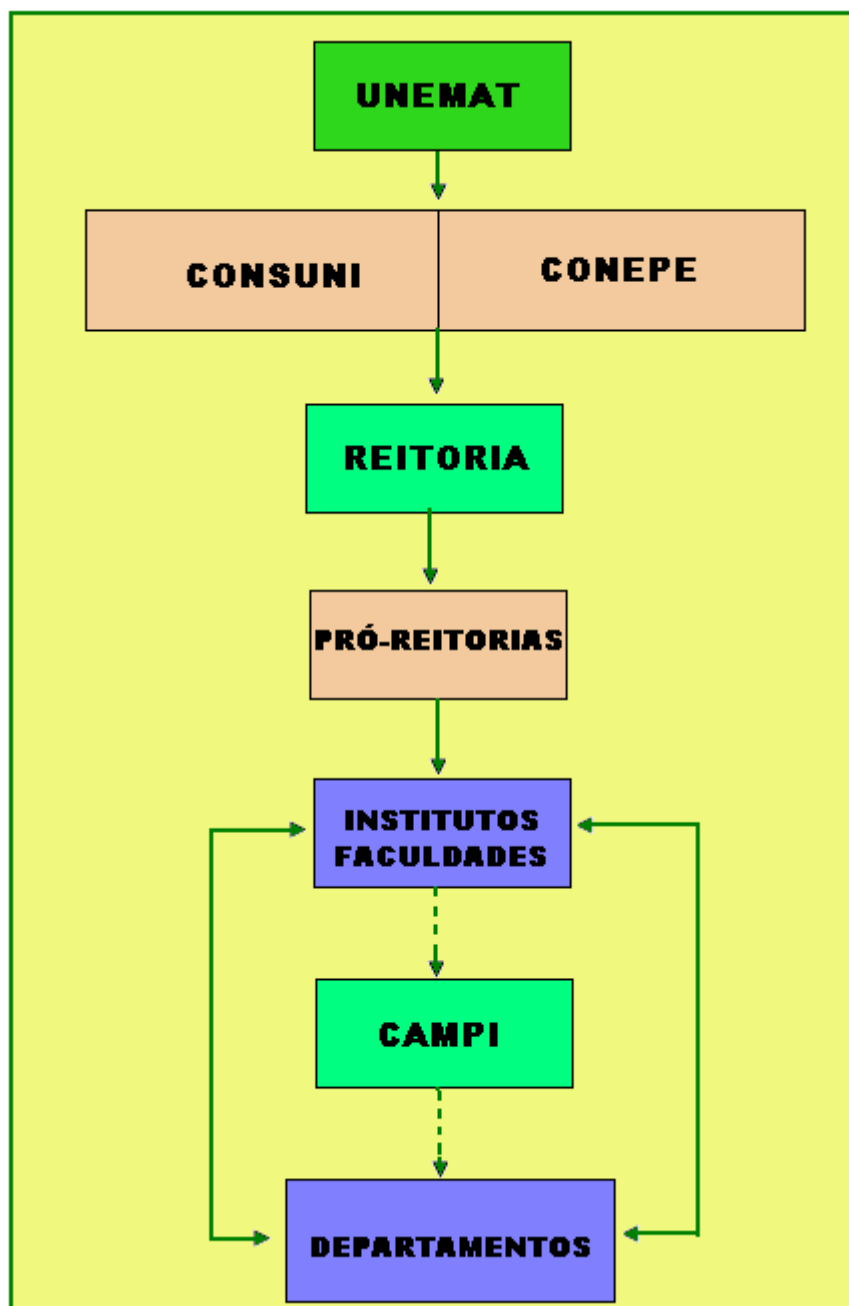
A base de nossa proposta ancora-se em três importantes diretrizes para o desenvolvimento das áreas: descentralizar, democratizar, reduzir custos das atividades meios, com vistas a

investimentos nas atividades fins, potencializando recursos financeiros e de pessoal.

Em outras palavras, no modelo de gestão da estrutura institucional atual, demanda gastos da ordem de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) só com o deslocamento, estadia e alimentação dos membros do CONEPE (46 Chefes de Departamento, representantes docentes, discentes e , funcionário etc...). Um modelo de gestão oneroso que inviabiliza a instituição.

Na presente proposição, conforme (quadro 1) ter nos Institutos e Faculdades um órgão colegiado – a Congregação, que possa definir as políticas de ensino, pesquisa e extensão, intensifica-se a articulação com os Departamentos que passam a se sentir mais pertencidos como o envolvimento direto nas atividades científicas e a gestão corrente das atividades dos Institutos e faculdades, a articulação é maior e desafoga PROEg e PRPPg.

(Fig. 1)



(Fig. 2)



A tese do Instituto de Linguagem e seus co-autores tem como proposição inicial a reconfiguração da estrutura da Unemat, no que concerne aos Institutos e, conseqüentemente, aos Departamentos e Órgãos Colegiados.

O fato de os Institutos, no modelo atual, funcionarem efetivamente como organismo cartorial ou rota de transição burocrática esvazia o espaço de articulação das políticas de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas do conhecimento. Essas políticas estão alocadas no espaço das pró-reitorias, instâncias que deveriam ocupar-se das políticas macro-institucionais. Daí que as atividades fins da

Universidade ficam subsumidas e circunscritas a princípios administrativos e legais.

Assim, o Instituto de Linguagem propõe o deslocamento/descentralização dessas ações para os INSTITUTOS/FACULDADES, os quais passariam a gerenciar as políticas de Pesquisa, Ensino e Extensão pertinentes as áreas, mediante a constituição de um órgão colegiado, denominado CONGREGAÇÃO. Tal procedimento reconfiguraria o quadro-pessoal alocado nesses órgãos, tornando as pró-reitorias mais ágeis e operacionais, além de redimensionar suas próprias competências e transferir aos Institutos/Faculdades as funções que lhes são específicas em relação às atividades fins da Universidade.

A Congregação será composta pelo Diretor do Instituto/Faculdade; Chefes de departamentos; Coordenador da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenadores de Centros de Pesquisa; Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Linguagem, com as seguintes atribuições:

a- planejar, definir e acompanhar as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, em consonância com as macro-políticas da UNEMAT;

b- submeter aos Órgãos Colegiados Superiores pertinentes o Plano Anual de ações elaborado pela Congregação;

c- submeter aos Órgãos Colegiados Superiores a aprovação do relatório das atividades desenvolvidas;

d- deliberar sobre reformulações curriculares e matérias pertinentes aos cursos de graduação e programas de pós-graduação, considerando as especificidades das matrizes curriculares de cada Departamento;

e- articular e propor políticas de formação continuada aos docentes da Rede e alunos egressos da UNEMAT, através de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*;

f- autorizar o aceite de doação de bens e imóveis à UNEMAT;

- g- eleger e delegar representações para atuação nos Órgãos Colegiados;**
- h- submeter à aprovação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão as atividades pertinentes a esta matéria a serem desenvolvidas nos Departamentos;**
- i- apoiar, acompanhar e avaliar as atividades das Unidades a ele vinculadas;**
- j- elaborar o Plano Orçamentário do Instituto/Faculdade e acompanhar sua execução da destinação de recursos;**
- k- propor a admissão e dispensa de docentes e de servidores técnicos e administrativos, bem como modificações no regime de trabalho destes, respeitada a legislação em vigor;**
- l- compor comissões examinadoras, estabelecer os programas e decidir todas as matérias relativas aos concursos para provimento de cargos ou empregos de professor, em todos os níveis, na forma estabelecida pelas normas gerais de concursos da UNEMAT;**
- m- atribuir encargos acadêmicos aos docentes do Instituto/Faculdade;**
- n- manifestar-se sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de docentes e de servidores técnicos e administrativos da ou para o Instituto;**
- o- propor e aprovar critérios para a avaliação do desempenho e da progressão de docentes e de servidores técnicos e administrativos vinculados ao Instituto/Faculdade, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela Universidade;**
- p- aprovar relatórios de desempenho de docentes e de servidores técnicos e administrativos para fins de acompanhamento, estágios probatórios e progressões;**

q- deliberar sobre afastamento de docentes e de servidores técnicos e administrativos, vinculados ao Instituto/Faculdade para fins de qualificação, intercâmbio ou cooperação técnica;

r- praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar;

s- julgar os recursos que lhe forem interpostos;

t- instituir comissões, especificando-lhes expressamente a competência;

u- avocar a si o exame e a deliberação sobre matéria de interesse do Instituto;

y- aprovar as contas da gestão do Diretor e de recursos alocados aos órgãos e setores vinculados ao Instituto.

x- organizar o processo eleitoral da Direção do Institut/Faculdade entre seus pares, através de voto paritário e secreto, para nomeação do Diretor do Instituto, observado o disposto no Regimento e Estatuto da UNEMAT;

w- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção dos Centros de Pesquisa e de seus Cursos, tanto em nível de Graduação quanto em nível *lato sensu* e *strictu sensu*.

z- elaborar e aprovar seu próprio Regimento, bem como o Regimento dos Departamentos, de forma a articular esses Organismos na consolidação das atividades fins da Universidade, uma vez que são os Departamentos as Unidades BASE da Instituição;

Desse modo os Institutos/Faculdades passam a constituir-se instância propositiva, deliberativa e executiva das políticas específicas das diferentes áreas do conhecimento, contando com as representações efetivas igualmente gerenciadas nos Departamentos.

É a nossa proposição, abaixo subscrevemo-nos

Ana Di Renzo
Vera Maquea
Fabiola Sartin
Eliana de Almeida
Olímpia Maluf
Leila Bisinoto
Valdir Silva
Elisabeth Batista
Vera Regina
Elizangela Patrícia da Costa
Vanessa Fabiola
Silvia Regina Nunes
Madalena Machado
Nilce Maria da Silva
Olandina Della Justina
Patrícia Vasconcelos
Aroldo de Abreu
Viterico Maluf
Elizete Dall'Comune
Francisco Lledo
Olga Maria
Aristides
Vilma Barreto Vila
Marcelo Horn
Evaldo
Walnice Vilalva
Maria Luceli Batistote
Edileuza Gimenes
Rosely Romanelli
Gleide Amaral
Sandra Raquel
Jocineide Karin
Taisir Mahamudo Karim



1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (X) I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 () II – Orçamento e Financiamento da Universidade;
 () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
 () IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
 () V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) tem ao longo do tempo contribuído para o fortalecimento da educação escolar indígena específica e diferenciada no estado de Mato Grosso e, por consequência, em nível nacional. Para tal, tem adotado práticas visando a oferta de Educação Superior para povos indígenas.

A oferta de cursos de formação com currículos específicos e diferenciados tem sido uma das ações da UNEMAT no campo da Educação Superior Indígena. A partir do ano 2000 a universidade iniciou a execução dos Cursos de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas, após ter participado das discussões estabelecidas para sua concepção, com representação na então Comissão Interinstitucional e Paritária designada para este fim no ano de 1997. São oferecidos três Cursos de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Matemáticas e da Natureza; e Ciências Sociais. Quanto à metodologia, os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma intensa e presencial nos períodos de férias e recessos escolares, com atividades cooperadas entre docentes e cursistas nos períodos em que estes estão ministrando aulas nas escolas indígenas. Durante as etapas intermediárias, os estudantes desenvolvem atividades de Estágio nas escolas de suas aldeias, acompanhados por professores da instituição, aproximando ainda mais a universidade da realidade vivida em cada comunidade indígena, contribuindo dessa forma para a consolidação de uma educação escolar específica e diferenciada, que atenda aos anseios de cada povo. O currículo é flexível e definido com ampla participação dos estudantes e demais envolvidos no contexto, partindo de pressupostos, como a afirmação da identidade étnica e valorização dos costumes, língua e tradições de cada povo. Propõem-se também a buscar respostas para os problemas e expectativas das comunidades, assim como compreender os processos históricos em que as comunidades indígenas e outras formas de sociedade estão



mergulhadas. Para isso, aponta-se para o estudo e utilização das línguas indígenas no trabalho docente e o debate sobre os projetos de vida e de futuro de cada povo. Ao longo de oito anos de execução os cursos contam com três turmas, que atendem a 340 estudantes de 45 diferentes etnias.

O estabelecimento de parceria com instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal para a oferta de cursos de formação é fundamental para a consolidação e pleno desenvolvimento de iniciativas como os Cursos de Licenciatura, cuja realização se concretiza por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), a Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia de Mato Grosso (SECITEC/MT), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o Ministério da Educação (MEC) e a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. Além do apoio recebido da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESP/MT).

Estabelecer parceria e buscar apoio junto à instituições não-governamentais, em particular, as organizações de representação indígena do estado de Mato Grosso e de outros estados, também constitui a postura da UNEMAT, que em iniciativas como os Cursos de Licenciatura conta com a participação da Organização de Professores Indígenas de Mato Grosso (OPRIMT) e o Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (CEI/MT). Além da busca de cooperação técnica entre organizações de outros estados como a Organização de Professores Indígenas do Acre (OPIAC), a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e com outras universidades como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Inserir-se no contexto das políticas de acesso dos povos indígenas à Educação Superior, da UNEMAT, a abertura das instâncias administrativas e regulamentais da instituição à participação indígena, como Colegiado de Estudantes Universitários e Colegiado de Curso. Os Cursos de Licenciatura, por exemplo, se destacam pela ampla participação dos cursistas nas decisões tomadas (pedagógica e administrativa), através de discussões estabelecidas no âmbito do Conselho de Educação Escolar Indígena e no Colegiado de Curso.

A chamada dos movimentos e demais envolvidos com a questão da Educação Superior Indígena para a discussão, por meio da realização de eventos visando desde a formação dos formadores de profissionais que atuam ou irão atuar na educação escolar



indígena (professores, técnicos, entre outros), até o estabelecimento de discussões sobre o processo de formação em geral. Um exemplo dessa postura foi a realização, juntamente com parcerias, da I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena – CIESI 2004.

A continuidade da formação dos egressos tem composto a pauta acadêmica. No período compreendido entre 2002 e 2004 a UNEMAT ofertou uma especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que contou com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena, além de professores indígenas já graduados. Atualmente prevê-se a abertura de uma nova turma do referido curso. Esta nova turma ofertará 50 vagas específicas para professores indígenas egressos da UNEMAT e de outras IES, com o apoio da SEDUC/MT e da SECITEC/MT.

Considerando a necessidade de fortalecer as ações desenvolvidas pela UNEMAT em prol da Educação Superior indígena em Mato Grosso, em agosto de 2007, criou-se o Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI), que absorveu os Cursos de Licenciatura. Este programa tem por objetivo a execução e a abertura de Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; promoção de cursos de formação continuada, acompanhamento de estudantes indígenas nos cursos de graduação e administração do Museu Indígena a ser implantado.

A UNEMAT entende que além de possibilitar o acesso dos povos indígenas à Educação Superior, também é necessário garantir a permanência dos ingressos ao longo do curso e, o mais importante, que o referido curso venha a atender as reais necessidades da comunidade indígena a qual o estudante pertence. Tal postura, objetiva permitir que a formação ofertada ao estudante indígena, além de trazer benefícios pessoais, possa oportunizar o provimento de benefícios a sociedade, mediante sua própria expectativa. Com o propósito de garantir a continuidade dessa política de fortalecimento da Educação Superior Indígena, apresenta-se como pré-tese a proposta a seguir.



3. PROPOSTA / TESE (Podem abranger uma ou mais linhas de reflexão; poderão ter no máximo 20.000 caracteres, incluindo espaços, devendo respeitar o seguinte padrão: fonte ARIAL, tamanho 12, espaçamento 1.5, formato .PDF.

A presente pré-tese tem como propósito garantir a plena implementação dos objetivos do Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI), que constituem: a execução e a abertura de Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; a abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; a promoção de cursos de formação continuada; o acompanhamento de estudantes indígenas nos cursos de graduação; e a administração do Museu Indígena a ser implantado.

Diante do exposto, a pré-tese apresentada corresponde a seguinte proposta:

- Criação de um *Campus* Indígena na cidade de Barra do Bugres/MT, com a infraestrutura para a realização das aulas das etapas presenciais dos cursos executados, o alojamento dos cursistas durante as etapas e a instalação da sede administrativa e demais dependências a serem utilizadas pelo Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI) no desenvolvimento de suas ações.

A criação de um *Campus* Indígena atenderia a crescente dos Cursos de Licenciatura para os quais está prevista a abertura de mais duas turmas com 50 estudantes já para o ano de 2009. Também estariam sendo atendidos os estudantes de outros cursos a serem implementados, entre eles, o curso de Enfermagem Indígena, cuja proposta encontra-se em fase de construção.

Durante as etapas presenciais, as instalações referentes a hospedagem e alimentação dos estudantes indígenas são custeadas pelo programa, por meio das parcerias firmadas entre SEDUC/MT, SECITEC/MT, UNEMAT, FUNAI, MEC e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. Com o apoio da FUNASA e da Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Bugres, o programa disponibiliza aos estudantes atendimento de saúde nas etapas, com o acompanhamento de uma enfermeira, um veículo com motorista e medicamentos básicos. Em função destas características o programa necessita de um espaço físico próprio para o desenvolvimento das atividades.

A formação nos níveis além da graduação também está contemplada nesta proposta, visando oferecer as instalações para a execução da segunda turma do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que deverá ser executado



em 2009. A disponibilização de um espaço próprio abre a possibilidade da abertura de um curso de mestrado, para atendimento aos professores indígenas.

A educação nos níveis Fundamental e Médio terá a possibilidade de utilizar este espaço para a realização de evento e das etapas presenciais de projetos de formação em magistério, como o Projeto Hayô, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), e que até o momento não dispõe de sede própria. Os eventos, a exemplo da Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena realizada em 2004 e os cursos de formação continuada, como o Curso de Formação de Gestores na Educação, disporão de um local específico para serem realizados.

Por fim, a criação de um *Campus* Indígena irá garantir a execução das metas estabelecidas para o PROESI em função de seus objetivos, sendo elas:

- Garantir o pleno funcionamento do programa e de sua equipe, mantida com recursos da UNEMAT, composta por: 01 coordenador geral (Professor Doutor – 40 horas); 01 coordenador administrativo (Professor – 40 horas); 01 coordenador financeiro (PTES – 40 horas); 01 coordenador pedagógico (Professor – 40 horas); 03 assessores pedagógicos (Professores – 30 horas); 02 assessores administrativos (PTES – 40 horas); 02 bolsistas (Bolsa Monitoria – 20 horas).

- Publicar materiais que socializem as ações desenvolvidas no âmbito dos cursos do programa, podendo servir de material de apoio a outras Instituições de Educação Superior que pretendem desenvolver cursos específicos para povos indígenas, e materiais de caráter didático-pedagógico que possam apoiar as atividades desenvolvidas nas escolas indígenas das aldeias, por meio das séries Institucional, Periódicos, Práticas Interculturais e Experiências Didáticas.

- Aproximar o projeto cada vez mais da realidade escolar das comunidades indígenas, sistematizando o cronograma de visitas às aldeias durante as etapas intermediárias, para maior efetividade do acompanhamento pedagógico, estreitando a relação entre universidade e sociedades indígenas.

- Fortalecer e ampliar as parcerias existentes com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – SECITEC/MT a própria Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Ministério da Educação – MEC, a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

- Estabelecer novos convênios de cooperação técnica e fortalecer os convênios já



existentes com outras Instituições de Educação Superior tais como UNICAMP, USP, UFRJ/Museu Nacional, UFGD, ESP/MT, entre outras, e com organizações de representação do movimento indígena tais como Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso – OPRIMT e organizações de outros estados como OGPTB, OPIAC, entre outras.

- Promover cursos de extensão que contribuam para a divulgação da diversidade étnica e cultural existente junto à sociedade em geral e a afirmação da multiculturalidade.

- Desenvolver atividades de pesquisa sobre a temática indígena em parceria com instituições de fomento, visando embasar e aperfeiçoar as atividades dirigidas a essa área.

- Viabilizar a participação de estudantes indígenas nos cursos de graduação da UNEMAT, acompanhando-os com relação às atividades desenvolvidas.

- Continuar com as atividades curriculares dos cursos de licenciatura no que se refere a formação da segunda turma do projeto (Turma 2005-2009), o que inclui a realização de mais 02 Etapas de Planejamento e Formação, 02 Etapas de Estudos Presenciais e 03 Etapas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa (Etapas Intermediárias), a contar do semestre 2008/2.

- Continuar com as atividades curriculares dos cursos de licenciatura no que se refere a formação da terceira turma (Turma 2008-2012), o que inclui a realização de mais 08 Etapas de Planejamento e Formação, 08 Etapas de Estudos Presenciais e 09 Etapas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa (Etapas Intermediárias), a contar do semestre 2008/2.

- Ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas, com a abertura de 100 novas vagas em parceria com a SEDUC/MT e a SECITEC/MT, realizando o vestibular no segundo semestre deste ano, constituindo a quarta e a quinta turma do programa (Turma 2009-2013).

- Desenvolver a segunda turma do curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, em parceria com a SEDUC/MT e a SECITEC/MT, que ofertará 50 vagas específicas para professores indígenas egressos dos cursos de licenciatura do programa e de cursos de outras instituições, iniciando a partir do primeiro semestre de 2009.

- Implantar e administrar o Museu Memória e Identidade Indígena, em parceria com o Ministério da Cultura – MINC.



- Concluir as atividades da segunda turma do programa (Turma 2005-2009), com a realização da Colação de Grau prevista para o segundo semestre de 2009.
- Ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas, com a abertura de 50 novas vagas, constituindo a sexta turma do programa (Turma 2010-2015).
- Desenvolver a terceira turma do curso de Especialização Lato Sensu em Educação Escolar Indígena, com a oferta de 50 novas vagas.
- Ampliar a oferta de formação com a criação de um curso de Enfermagem na área indígena, disponibilizando 50 vagas (Turma 2011-2016).
- Concluir as atividades da terceira turma do programa (Turma 2008-2012), com a realização da Colação de Grau prevista para o segundo semestre de 2012.
- Ampliar a oferta de formação com a abertura de um curso de Mestrado em Educação Escolar Indígena (*stricto sensu*).
- Concluir as atividades da quarta turma do programa (Turma 2009-2013), com a realização da Colação de Grau prevista para o primeiro segundo semestre de 2013.

4. RESUMO (O resumo deve ser elaborado conforme a ABNT e informar o problema de forma objetiva, a justificativa e as propostas como solução para os problemas destacados. Deve contemplar informações, com um máximo de 300 palavras de forma que permitam uma adequada caracterização da pré-tese / tese como um todo.

Esta pré-tese tem como proposta a criação e implantação de um *Campus* Indígena na cidade de Barra do Bugres/MT, com a infra-estrutura necessária para a realização das aulas das etapas presenciais dos cursos realizados; alojamento dos cursistas durante as etapas; e instalação da sede administrativa e demais dependências a serem utilizadas pelo Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI) no desenvolvimento de suas ações. O PROESI tem como metas: a execução e a abertura de Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; a abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; a promoção de cursos de formação continuada; a publicação de material de apoio didático-pedagógico e científico para a Educação Escolar Indígena; o apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão para atendimentos das necessidades das comunidades indígenas de Mato Grosso; o acompanhamento de estudantes indígenas nos cursos de graduação; e a



administração do Museu Indígena a ser implantado. Estas ações demandam a disponibilidade de um espaço próprio para atender desenvolvimento das atividades, contribuindo para o fortalecimento da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso em Nível Básico e Superior.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

Elias Renato da Silva Januário - professor

Fernando Selleri Silva - professor

Jardel Ribeiro - técnico

Loike Kalapalo - estudante

Maisa Cuteme Taukane - estudante

Rivelino Fulvio Linhares - técnico

Sandra Regina Gutierrez - técnico

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVDRSITÁRIO DA UNEMAT**IDENTIFICAÇÃO****1. LINHA DE REFLEXÃO:**

- () (I) Perfil Da Universidade ...
- () (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- () (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- (**X**) (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- () (V) Planejamento Institucional

ESTRUTURA ORGANIZACIONA**2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA**

A organização institucional da UNEMAT produz seus efeitos na insatisfação sentida por quase toda comunidade acadêmica. Desnecessárias longas digressões sobre esta problemática. Consideremos suficiente elencar os principais problemas identificados na estrutura atual:

- Concentração das funções de gestão superior na sede administrativa;
- As unidades das estruturas da Reitoria e Pró-reitorias não refletem as suas funções de gestão das políticas gerais de Ensino, Pesquisa, Extensão,
- Baixa autonomia dos campi, com concentração de poder na figura do Coordenador que centraliza o poder de gestão administrativa e pedagógico-científica, retirando, também por essa via, a autonomia dos Departamentos;
- Esvaziamento do papel dos departamentos;
- Sobrevalorização do Território (Campus) em detrimento do desenvolvimento das Áreas de Conhecimento;
- Concentração de poder nas funções de administração geral em detrimento das funções de gestão acadêmica,
- Soterramento de áreas de conhecimento que não possuem “lugar” na estrutura programática, mas, que possuem grande tradição de produção científica; caso das Ciências Sociais (Sociologia, Política, Antropologia);
- Departamento coincide com o curso, impondo a interpretação errônea de que todo departamento deve corresponder, necessariamente, a um curso;
- Esvaziamento do papel das Faculdades e Institutos, que não possuem função de fato;
- Fragmentação das áreas de conhecimento, em decorrência da criação de cursos e campi sem planejar o desenvolvimento institucional. O planejamento institucional deveria significar não somente a criação de cursos e campi, mas, fundamentalmente, a definição das áreas do conhecimento que a universidade pretende desenvolver.

- Distanciamento entre as áreas de conhecimento, pela inexistência de unidade de coordenação, com poder para fazê-la e pela fragmentação das áreas dos cursos criados nos campi;
- Dificuldade de aplicar o conceito de faculdade na junção das áreas, sem incorrer no isolacionismo de cursos;
- Fragmentação das atividades finalísticas e de gestão da universidade;
- Baixo nível de responsabilização institucional, pelo esvaziamento das atribuições das unidades de gestão acadêmica nos departamentos, nos campi e na direção central;
- Baixa capilaridade da função planejamento, sendo entendida como unidade específica, não como prática político-institucional que permeia todas as unidades e ações;
- Inexistência de sistema de informação, de prestação de contas (*accountability*), mesmo com 03 pró-reitorias que, em tese, poderiam fazê-lo (Planejamento, Administração, Finanças);
- Fragmentação de funções de gestão em 03 pró-reitorias: Planejamento/Orçamento, Administração, Finanças;
- As denominações das unidades dos órgãos centrais (unidades da Reitoria e Pró-reitorias) não refletem as suas responsabilidades institucionais, tornando pouco claro o lugar da execução das tarefas que envolvem a gestão/coordenação das políticas de pesquisa, ensino e extensão;
- Como as unidades programáticas (faculdades, institutos e departamentos) são esvaziadas, não há espaço claro na estrutura organizacional para o planejamento e coordenação das políticas finalísticas (fortalecimento das atividades de ensino pesquisa e extensão por área de conhecimento);
- A atividade de extensão, ao ser tomada como unidade apartada da pesquisa, distorce o seu conceito, transformando as ações da unidade responsável pela extensão em ações desprovidas de sentido acadêmico/científico; a extensão passa a ser algo episódico, temporário e exógeno à pesquisa e ao ensino;

- Necessidade de fortalecimento da unidade responsável pela política de apoio/assistência estudantil, integrando à perspectiva de convivência comunitária, tanto do ponto de vista interno da universidade; quanto da relação desta com a sociedade em geral.

3. PROPOSTA

A percepção dos gargalos da gestão, tendo em vista a estrutura organizacional da UNEMAT, impõe mudanças que visem alterações na organização de cargos e funções da Administração Central, dos 11 campi que compõem a universidade e, dos Institutos e Faculdades existentes. O pressuposto é que estrutura pode e deve sofrer ajustes de melhoria para refletir melhor os esforços de cooperação das diferentes instâncias que promovam o fim último e mais importante da universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão, com vista a uma cultura de gestão mais democrática e participativa ao mesmo tempo em que as unidades e agentes internos exerçam sua autonomia na construção de uma Universidade Pública, Autônoma, Democrática, de Qualidade e auto-referenciada.

Como estratégias para o alcance desses objetivos, esta proposta de estrutura se baseia em quatro princípios fundamentais:

a) Fortalecimento das Áreas de Conhecimento, b) Autonomia e articulação das unidades organizadoras do trabalho docente; c) Organização orientada para as atividades finalísticas da Universidade, d) Democratização da estrutura de gestão acadêmica.

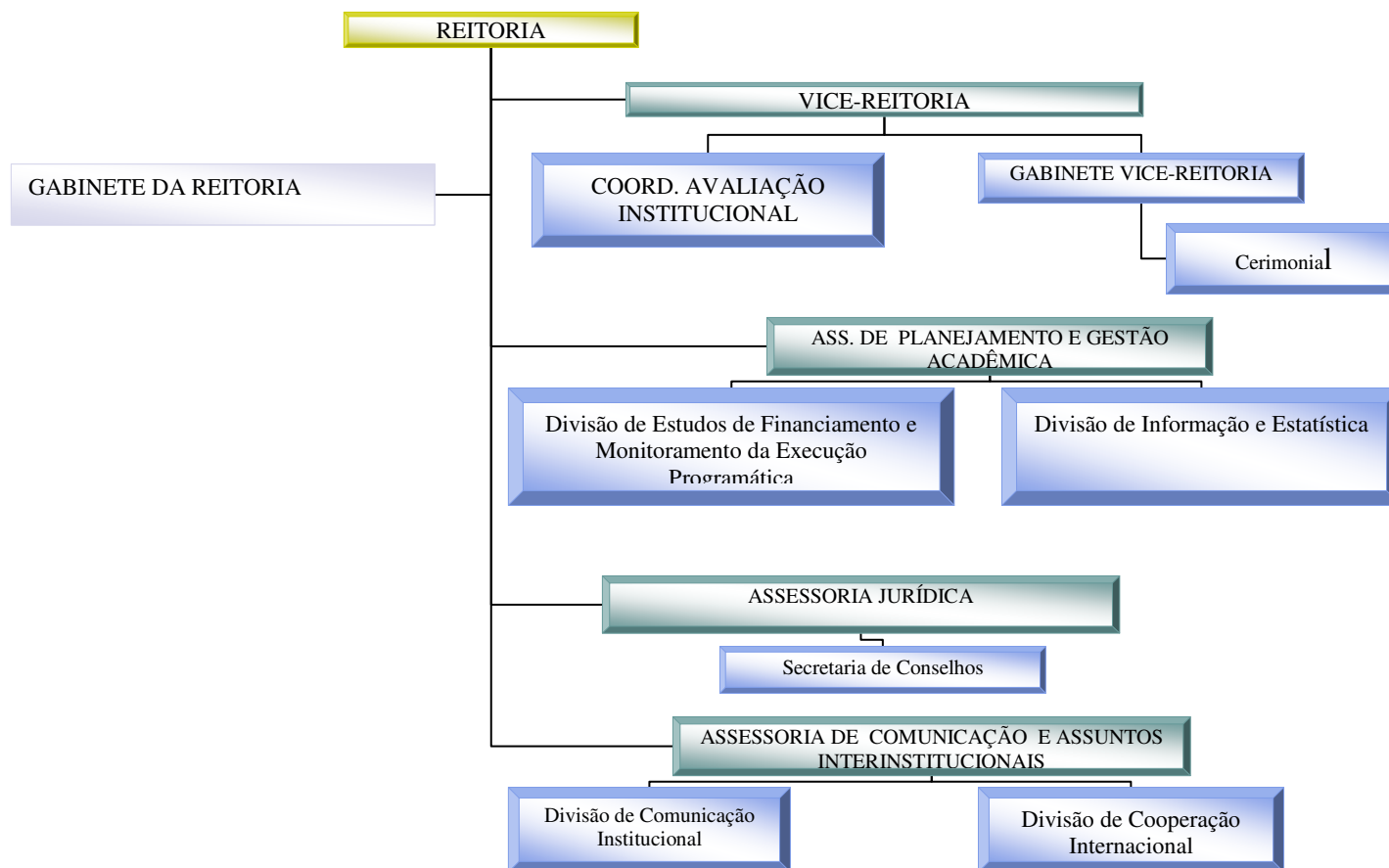
As questões de fundo que levam ao conjunto de proposições apresentadas são as constatações de que a UNEMAT possui estrutura organizacional concentradora, auto-referente, pouco resolutiva e pouco agregadora de recursos institucionais passíveis de serem potencializados para a produção de Ciência, Arte, Cultural e Tecnologia.

A estrutura é o meio pelo qual uma organização define as regras de mobilidade dos atores sociais, para obtenção dos fins institucionais. Compõe o acervo de recursos que incidem sobre a Capacidade de Governo, definida por Carlos Matus (1993) em sua *Teoria Social e Teoria do Planejamento*. O que se busca aqui é pensar uma estratégia de liberação de energias criativas que permitam o desenvolvimento pleno da Universidade. Para isso foi necessário também pensar sobre o lugar do governo (da universidade) na condução dessa liberação, na construção de caminhos institucionais que permitam essa liberação. Nesse sentido, a proposta de nova estrutura para a UNEMAT começa pelo seu governo central: A reitoria. Em seguida tomam-se as demais unidades: Campi, Faculdades, Institutos, Departamentos, Conselhos, Coordenações... Todo esforço é presidido pelos princípios expostos e, é a partir deles que se constrói uma alternativa de organização institucional para UNEMAT.

Este documento é resultado de experiências vivenciadas, observações, estudos e análises que permitiram chegar neste ponto ainda seminal de reflexão sobre nossa realidade acadêmica. Necessário se faz o cotejamento com outros estudos, outras experiências, outros olhares que se darão nesse II Congresso da Universidade do Estado de Mato Grosso. Em seguida apresentamos as propostas:

3.1. Direção Superior: REITORIA

Organograma Reitoria e Vice-Reitoria



3.2. Pró-Reitorias.

3.2.1 Pró-reitoria de Ensino - PREN

A) Câmara de Ensino de Graduação - CEG

Coordenação de Ensino – CE

- i) Divisão de Normatização Acadêmica
- ii) Divisão Central de Gestão de Equipamentos e Estrutura de Ensino

Coordenação de Ensino em Modalidades Diferenciadas – CEMD

- i) Divisão de Ensino a Distância;
- ii) Divisão de Modalidades Parceladas
- iii) Divisão Educação Indígena

Coordenação de Avaliação de Ensino de Graduação – CAEG

Coordenação de Políticas de Acesso ao Ensino Superior – CPAES

- i) Divisão Vestibular - DIVEST
- ii) Divisão de Modalidades Alternativas de Acesso ao Ensino Superior DMAAES

B) Câmara de Ensino de Pós-Graduação - CEPG

Coordenação de Pós-Graduação – CPG

Coordenação de Qualificação e Avaliação de Pessoal Docente – CQAPD
Coordenação de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação – CACPG

3.2.2. Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - PPE.

Coordenação de Pesquisa e Extensão – CPE
Coordenação de Financiamento da Pesquisa e Extensão - CFPE
Coordenação de Pós-Graduação – CPG
Coordenação de Comunicação Artística e Científica – CCAC
- Editora

3.2.3. Pró-reitoria de Administração e Finanças - PAF

Coordenadoria de Planejamento Orçamentário - CPO
Coordenadoria de Contabilidade e Patrimônio - CCO
Coordenadoria de Contratos e Convênios - CCC
Coordenadoria de Sistemas de Informação – CSI
Coordenadoria de Gestão do Trabalho Técnico
 i) Divisão de Qualificação e Avaliação de Pessoal Técnico
 ii) Divisão de Avaliação de Pessoal Técnico

3.2.4. Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Convivência Comunitária – PAECC.

Coordenação de Assistência Estudantil - CAE
Coordenação de Apoio aos alunos Cotistas – CPPAC
Coordenação de Cultura e Eventos – CCE
Coordenação de Bolsas e Intercâmbio Estudantil – CBIE

3.3. Direção Programática

3.3.1. ESTRUTURA DA DIREÇÃO PROGRAMÁTICA

CENTROS: ORGANIZAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Unidades:

- 2.1. Colegiados – Deliberativos de políticas de ensino, pesquisa, extensão no âmbito de sua competência, composto pelas representações de cada área e segmento que o compõe.
- 2.2. Centros* – Grandes áreas de Conhecimento, que congregam departamentos e cursos num determinado território/campus e integrando todos os cursos da UNEMAT;
- 2.3. Institutos – Unidades de pesquisa/extensão ligados aos Centros, congregam grupos/núcleo de pesquisas de diferentes depts e campi, em temas de interesses comuns.
- 2.4. Departamentos – Unidades que organizam a atividade de ensino, pesquisas e extensão em âmbito departamental.

* Nos campi onde não houver mais que 01 departamento que componha o Centro, será garantido a criação do Centro que congrega o departamento existente e o Chefe/coordenador do Departamento acumulara a função de Coordenador de Centro, até se crie outros cursos naquele Centro, são os casos de Juara, Colider e Pontes e Lacerda.

3.3.1.1 Centro de Ciências Sociais e Aplicadas - CCSA**Unidades:**

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos:
 - Ciências Jurídicas
 - Ciências Econômicas
 - Ciências Administrativas
 - Ciências Contábeis
 - Turismo

3.3.1.2. Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Linguagem – CFCHL**Unidades:**

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa:
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos

- História
- Geografia
- Pedagogia
- Letras
- Comunicação
- Filosofia e Ciências Sociais

3.3.1..3. Centro de Ciências Agrárias, Saúde e Ambiente - CCA

Unidades:

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa:
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos
 - Agronomia
 - Biologia
 - Zootecnia
 - Engenharia Florestal,
 - Educação Física
 - Enfermagem

3.3.1.4. Centro de Exatas e Tecnológicas.

Unidades:

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa:
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos
 - Matemática
 - Ciência da Computação
 - Arquitetura e Urbanismo
 - Engenharia dos Alimentos
 - Engenharia da Produção Agroindustrial
 - Engenharia Civil

3.4. Apoio Local à gestão Programática: Prefeitura do Campus (direção exercida por técnico de carreira).

Unidades:

- Divisão de Apoio à Normatização Acadêmica - DANA
- Divisão de Gestão da Biblioteca Regional - DGBR
- Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira - DGOF
- Divisão de Transporte e Patrimônio - DTP

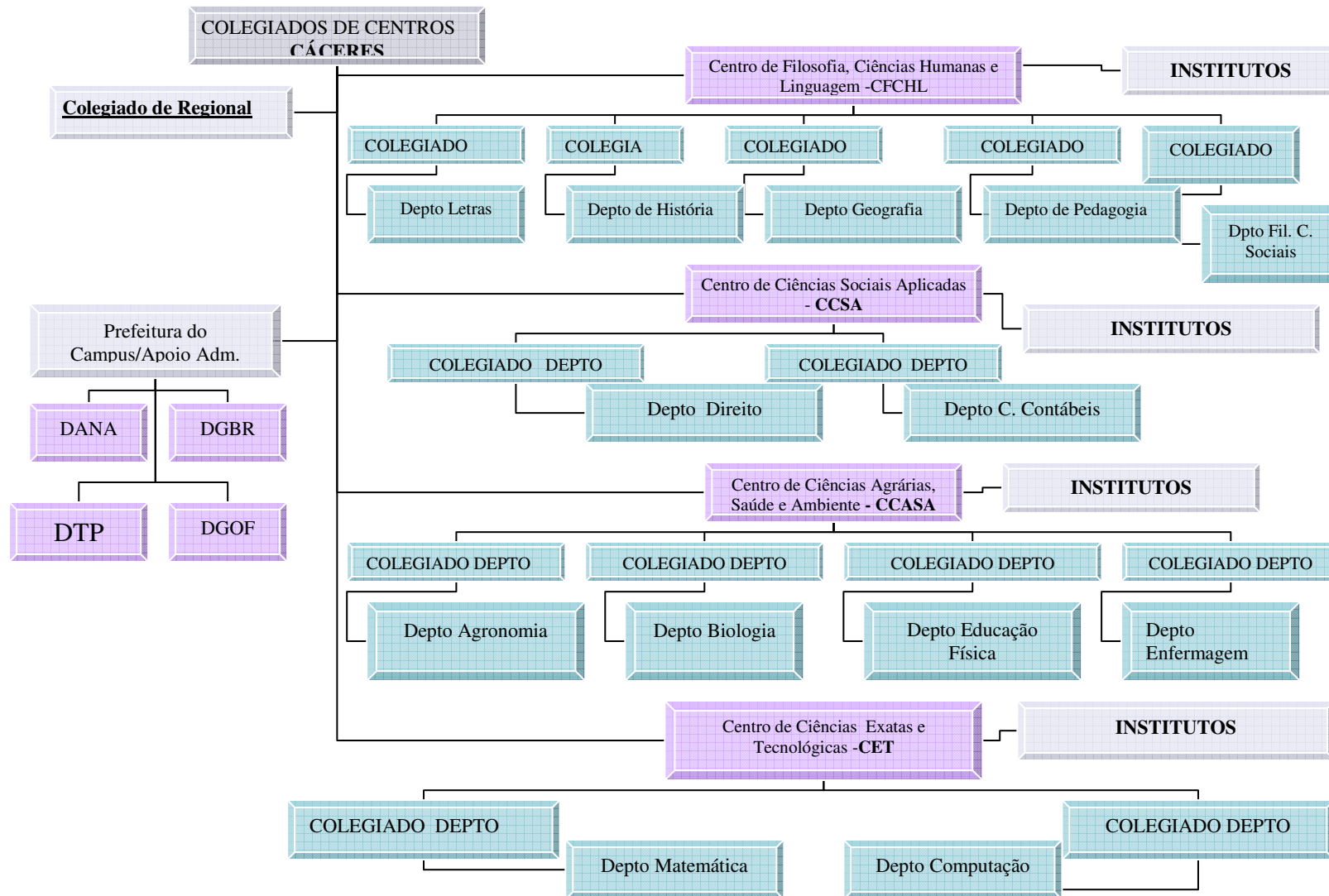
3.4.1. Equipe Técnica de Apoio Administrativo* -

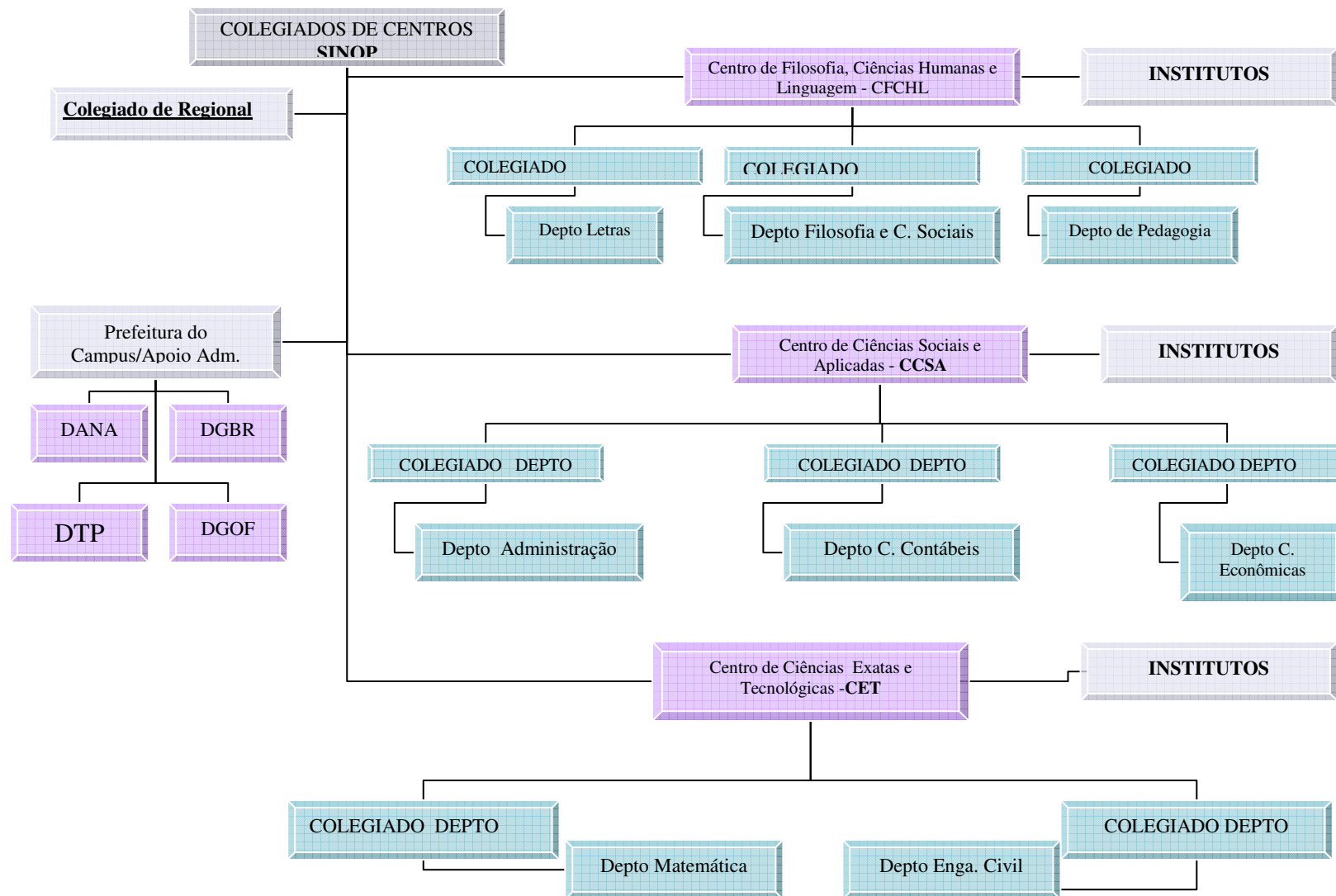
- Apoio Administrativo e Financeiro
- Controle Acadêmico

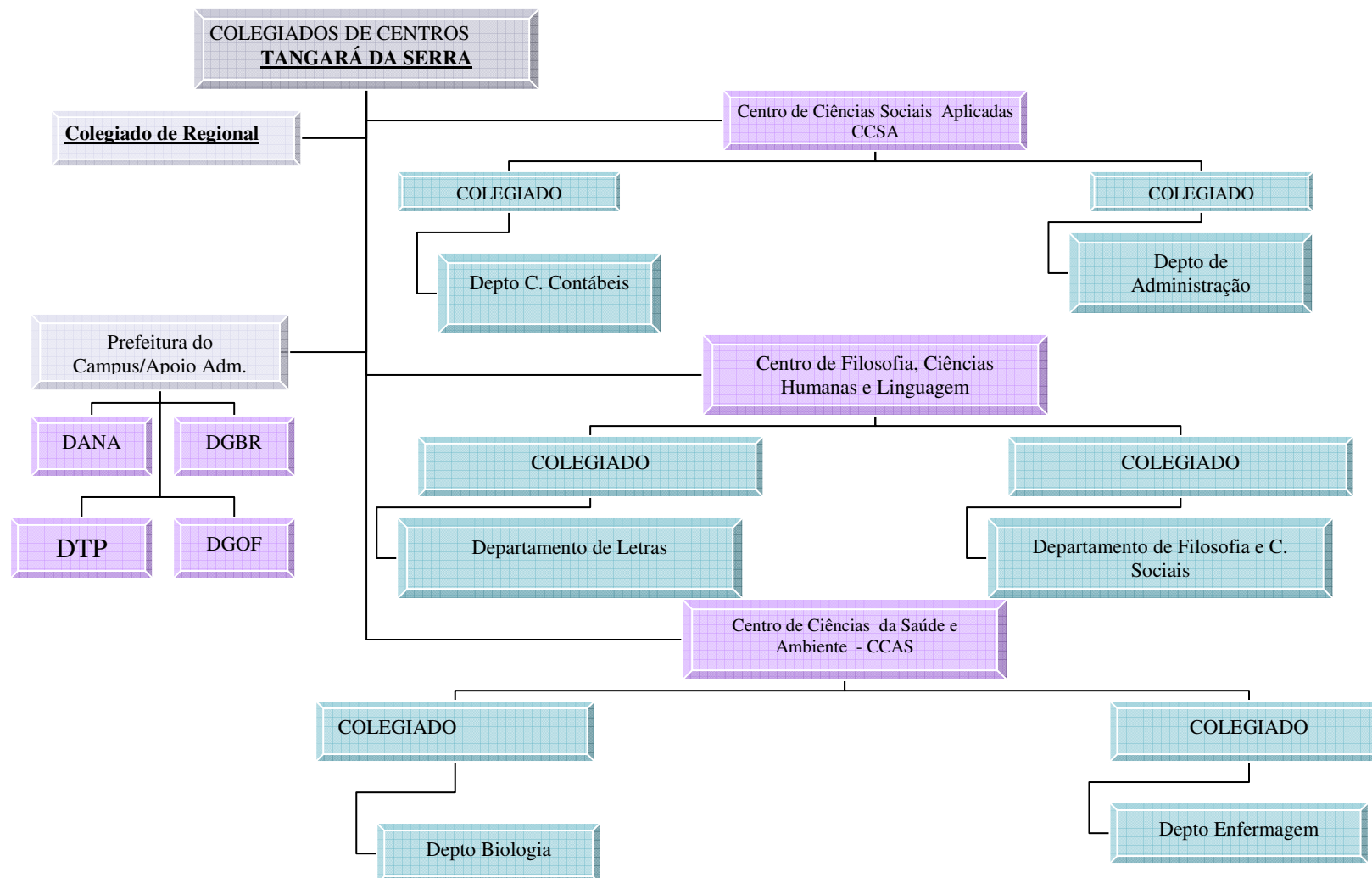
*Para campus integrantes de centros não localizados no próprio campus e tenham no máximo 02 cursos.

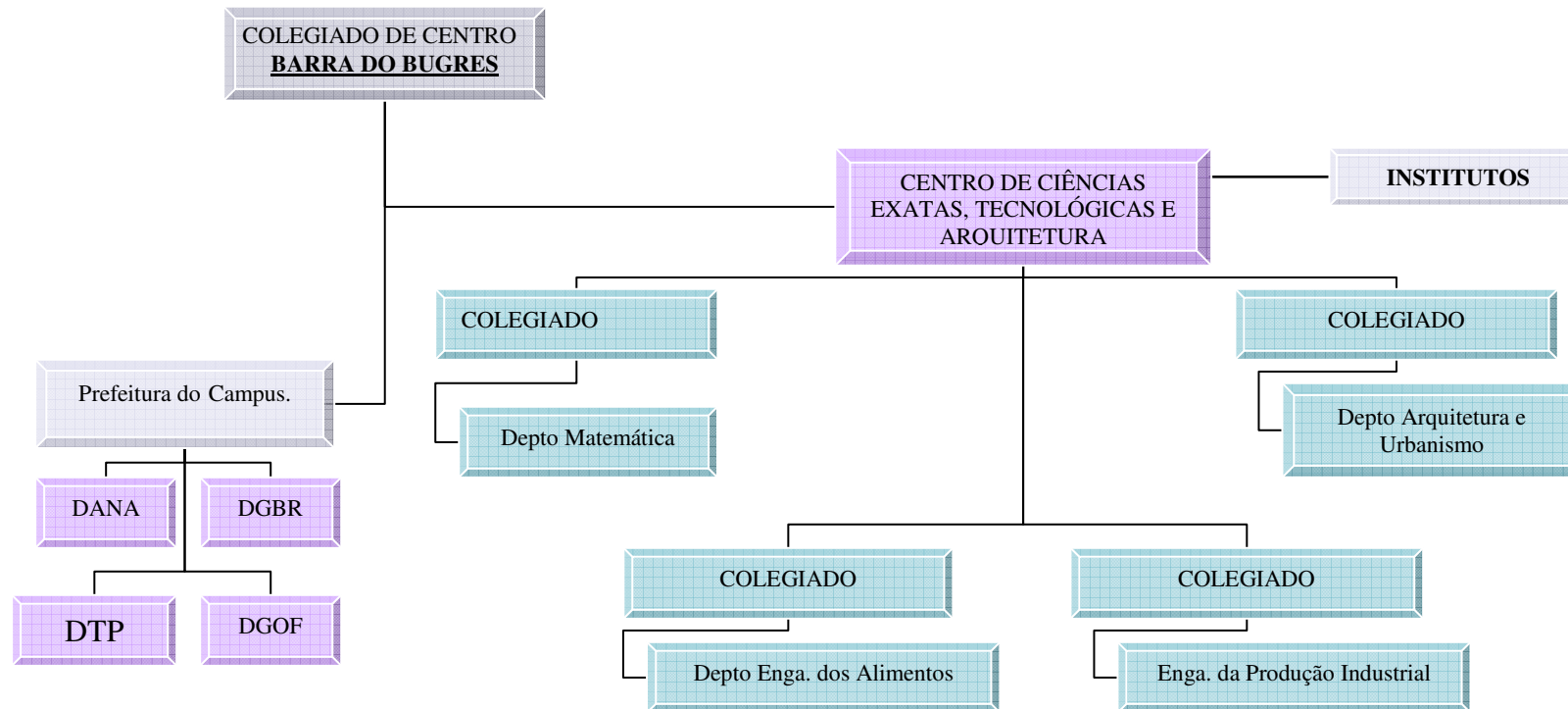
3.5. ANEXOS:

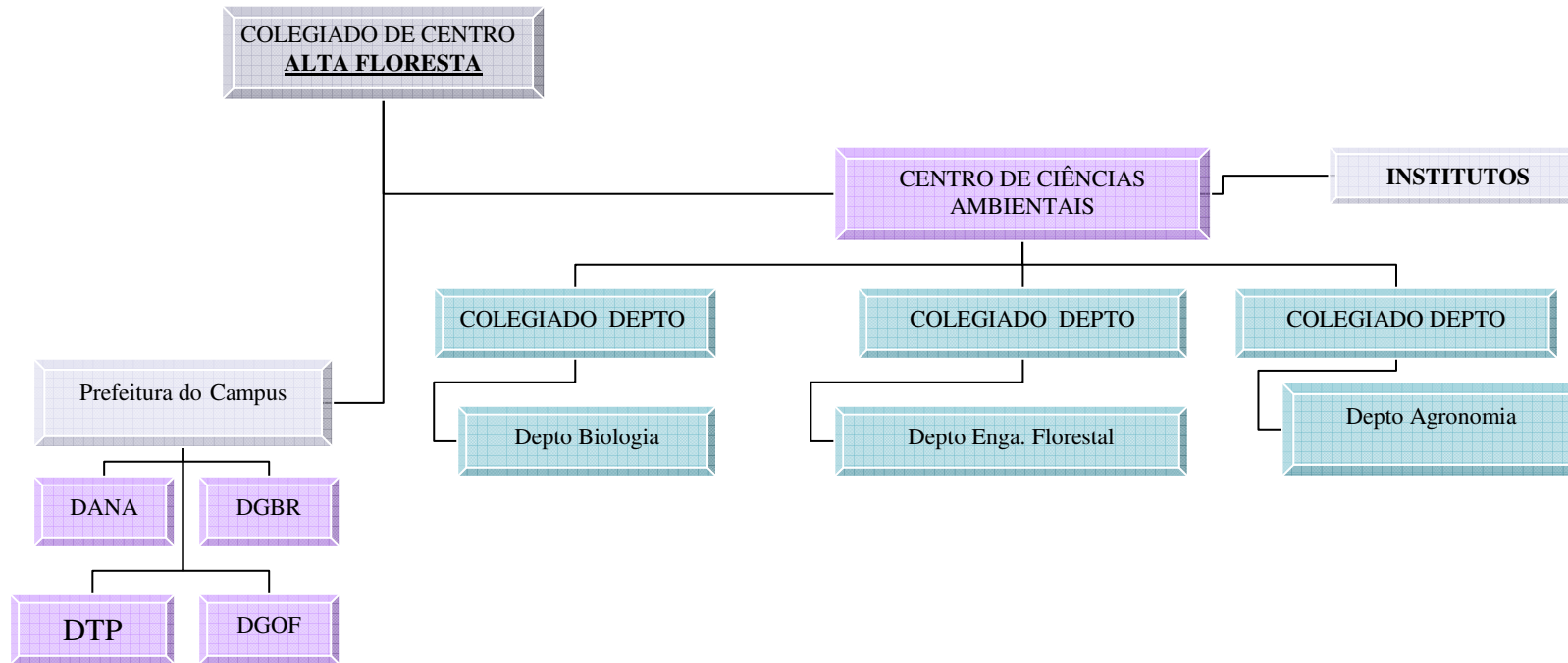
ORGANOGRAMA DOS CENTROS

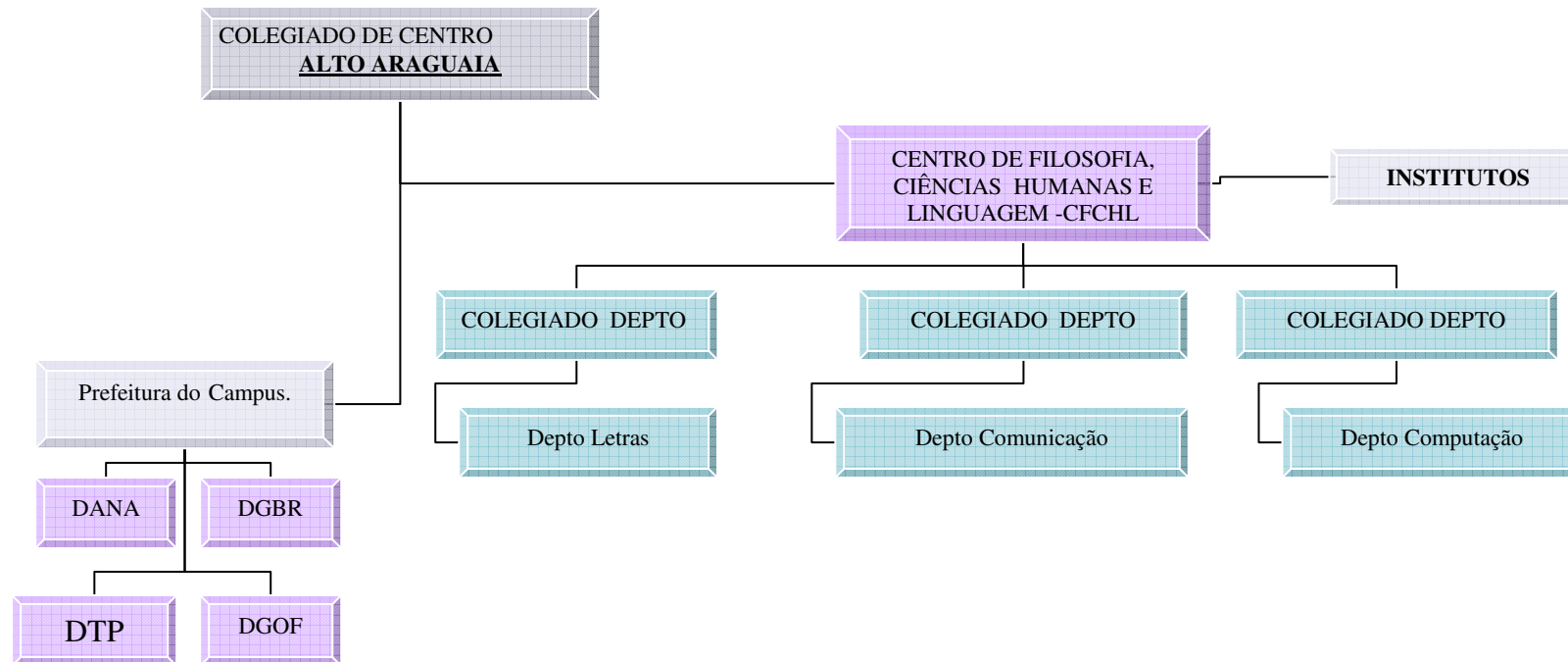


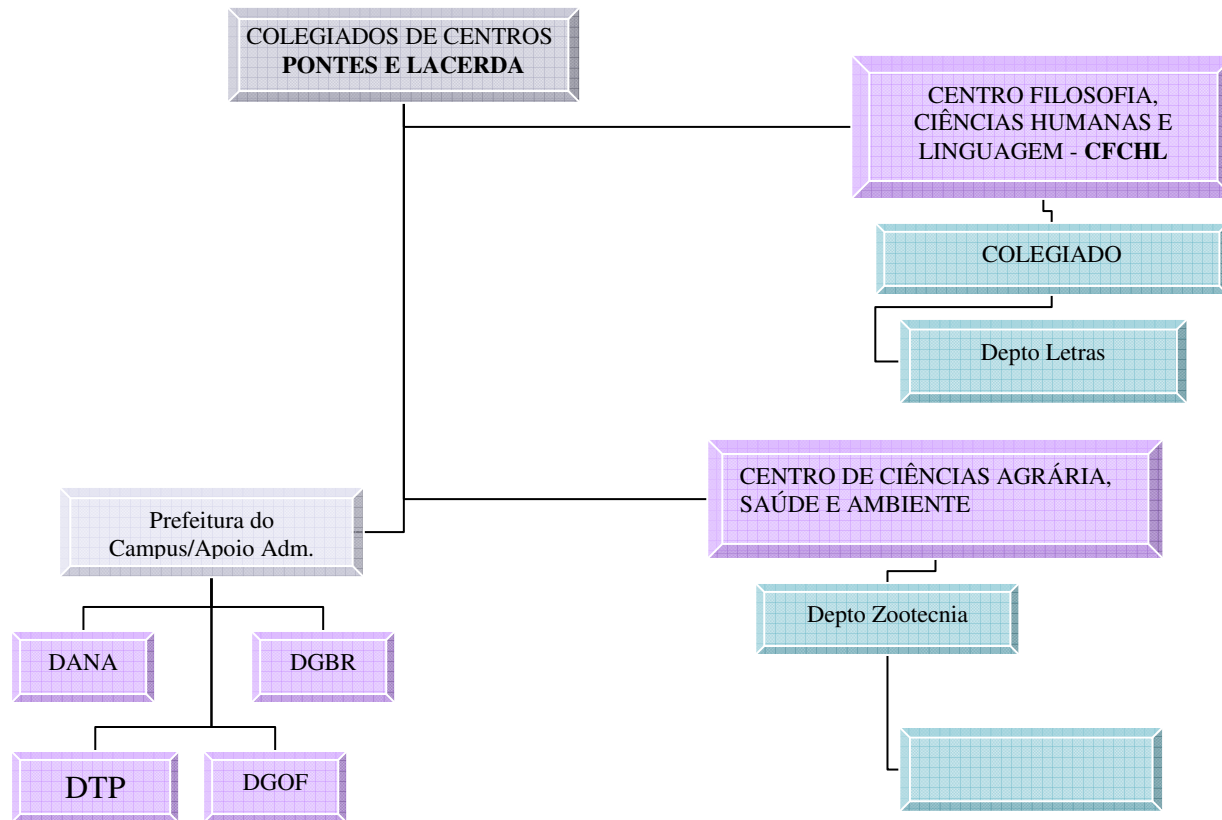


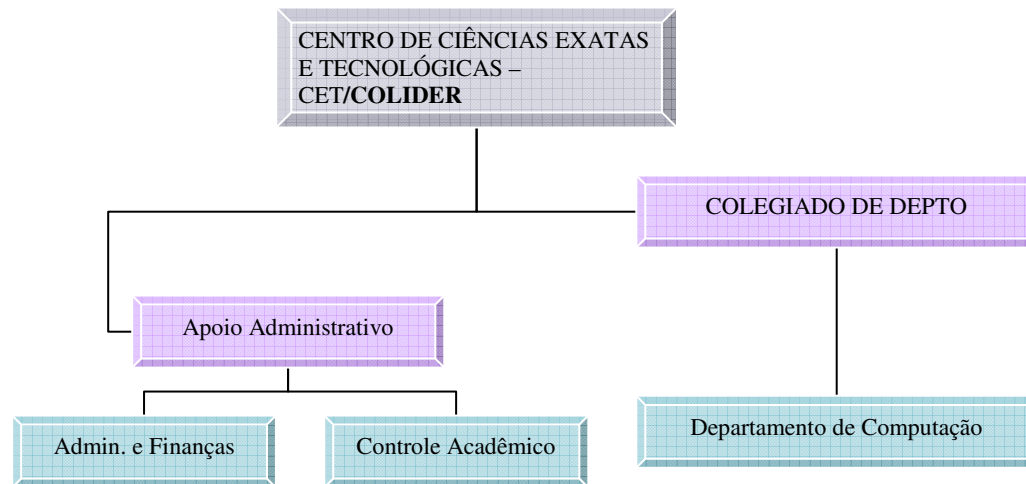


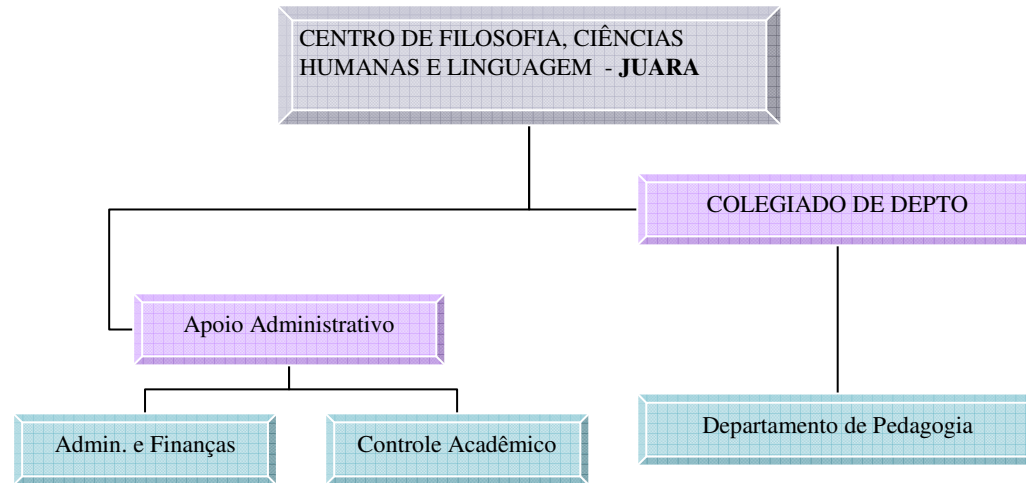


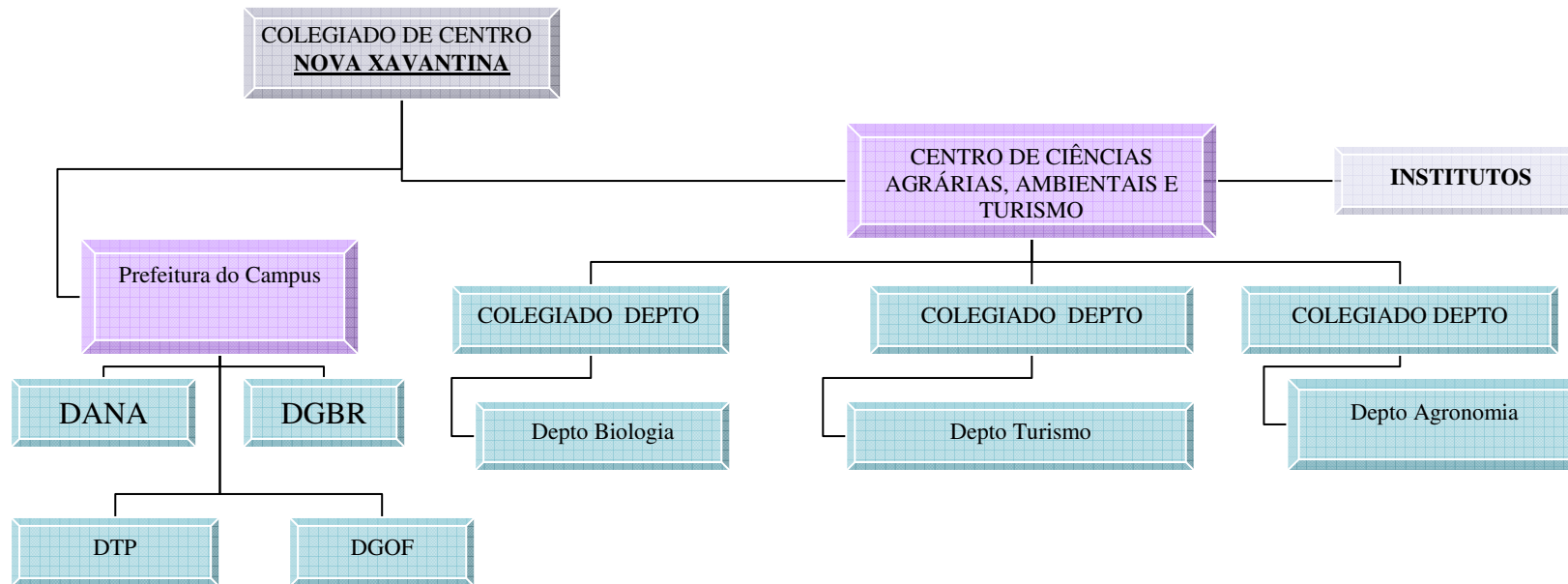


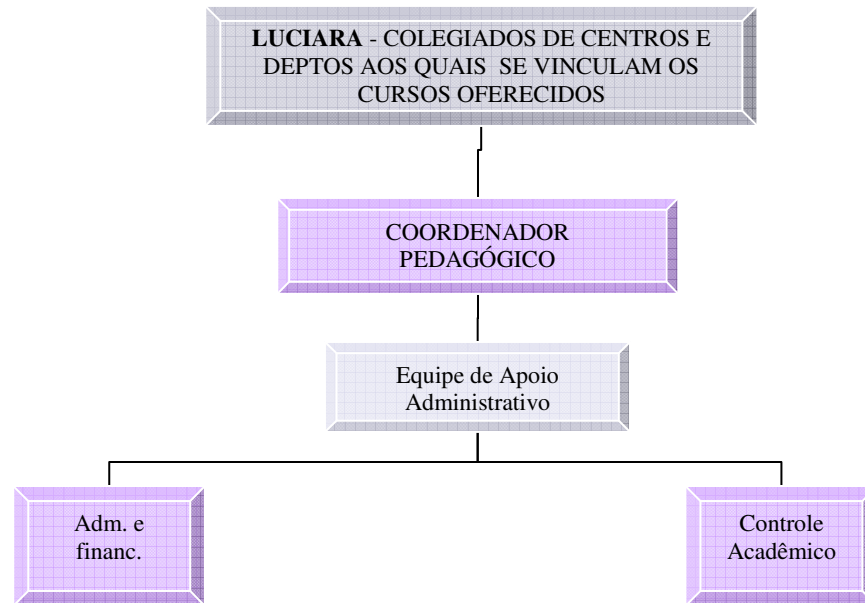












4. RESUMO

Esta é uma proposta de nova estrutura para a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, a ser discutida no II Congresso Universitário. Trata-se de engenharia institucional que leva em conta 04 princípios fundamentais: a) Fortalecimento das Áreas de Conhecimento, b) Autonomia e articulação das unidades organizadoras do trabalho docente; c) Organização orientada para as atividades finalísticas da Universidade, d) Democratização da estrutura de gestão acadêmica. A proposta se coloca como um meio de operacionalização desses princípios e, para isso, define alguns eixos centrais: Extinção das Faculdades como unidades centralizadas de organização dos departamentos; organização de Centros por grandes áreas de conhecimento, descentralizado em cada campus; autonomia de gestão aos Departamentos com gestão compartilhada por deliberações de Conselhos de Centros e Departamentais; ampliação do compartilhamento da gestão dos meios (recursos de administração geral) com a carreira dos Profissionais Técnicos do Ensino Superior - PTES, através da instituição da Prefeitura de campus sob direção dessa carreira. Ao final, são anexados os organogramas da estrutura proposta.

5. AUTORES

Anézio Martins Santana (Sinop)
André Milhomem (Colider)
Dirceu da Silva (Sinop)
Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira (Sinop)
Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
Egeslaine (Colider)
Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)
Ilma Ferreira Machado (Cáceres)
Ivone Cella da Silva (Sinop)
Ilza Nunes da Cunha Polini (Sinop)
Jaqueline Pasuch (Sinop)
João Ivo Puhl (Cáceres)
Josete Cangussu (Tangará da Serra)
Julio César dos Santos Brandão
Kilwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
Leni Hack (Cáceres)
Marcos Fábio da Silva (Sinop)
Maria de Fátima Castilho (Sinop)
Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
Maria Madalena de Lima Silva
Marinês da Rosa (Tangará da Serra)
Otávio (Cáceres)
Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)
Raquel (Colider)

Regis Queiroz Gonçalves
Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.
Tiago Oliveira (Sinop)



PRÉ-TESE XX – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- () II – Políticas de Ensino e Graduação;
- (X) III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- () V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Devido ao fato de que o regime de dedicação exclusiva estava atrelado à existência de fomento para realização da pesquisa e à institucionalização dos projetos, o CONEPE tinha a atribuição de elaborar os editais internos de pesquisa e homologar projetos que fossem aprovados por agências de fomento externas, como a FAPEMAT ou o CNPQ.

Entretanto, com a reforma do PCCS, a força produtiva de muitos docentes foi liberada, uma vez que os mesmos podem se dedicar exclusivamente à instituição. Dessa forma, como em muitas áreas de pesquisa existe a possibilidade de realização de projetos sem fomento, vemos como necessidade a agilização da institucionalização dos projetos.

Além disso, acreditamos que os projetos são melhor avaliados quando julgados por profissionais da mesma área, de maneira que os colegiados de curso se apresentam como instância adequada para o julgamento dos projetos de pesquisa sem financiamento.

Finalmente, gostaríamos de observar que é de interesse institucional a realização e institucionalização desses projetos, exatamente pelo fato de que o tempo de trabalho do professor já está sendo financiado pela instituição, de forma que a institucionalização do projeto não acarreta nenhum ônus para a instituição.

A mudança de instância de análise de projetos de pesquisa para os colegiados de curso ajudariam a agilizar no processo de institucionalização e também de diminuir a carga de trabalho do CONEPE.

3. PROPOSTA / TESE

Alterar o parágrafo VIII do artigo 21 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*VIII – homologar projetos de pesquisa e extensão, aprovados em editais e demandas espontâneas e **projetos de pesquisa e extensão aprovados pelos colegiados de curso e colegiados regionais.***

Incluir na resolução 018/2008 do CONSUNI que define as atribuições dos colegiados de curso a seguinte função (artigo 5, parágrafo XXII):

XXII – Analisar e emitir parecer de projetos de pesquisa e extensão que não necessitem de financiamento.



4. RESUMO

Pré-tese que aborda a questão da institucionalização de projetos de pesquisa sem fomento externo. A proposta sugere que os colegiados de curso tenham autonomia para julgar e homologar os projetos de pesquisa sem fomento externo, através de uma modificação da atribuição dos colegiados de curso.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Luciana Mafalda Elias de Assis, Robinson Alves Lemos, (Discentes) Fabiano da Silva de Ávila, Vivianne Santiago Cavalcante. (Funcionário), Ademir Cardoso da Silva.

TESE XXII

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional

PROPOSTA/TESE:

Definição de organograma padrão para todos os campus e da Sede Administrativa, com seus devidos cargos e atribuições.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário

Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário

Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário

Emerson Mendonça – Funcionário

Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Carlinho Viana de Sousa, Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto: Gestão Financeira do Orçamento previsto para os Campi pelos respectivos Campi

Hipótese ou Tese:

A centralização do sistema financeiro da universidade prejudica a realização de atividades do cotidiano universitário.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

Uma vez planejado o orçamento de cada campus e tendo sido aprovados no CONSUNI, com regras justas e claras, é importante propiciar aos campi a autonomia na ordenação das despesas previstas para melhor atender às necessidades locais.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto, Prof^a. Dr^a. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
- Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
- Políticas de Extensão e Cultura;
- Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- Planejamento Institucional;
- Outros.

Assunto (Descrever resumidamente a hipótese ou tese)

Hipótese ou Tese:

Mais autonomia para os *campi*: O Campus local apresenta condições de atender plenamente os requisitos de produzir atividades de pesquisa, ensino e extensão (como destinação e controle de recursos), de forma autônoma, sem a necessidade de submeter às proposições à Sede, buscando agilizar processo decisório administrativo.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

- 1) para evitar a burocratização dos processos, testes para seleção de bolsistas podem ser organizados totalmente no campus local, como também contratação de professores pelo teste seletivo.
- 2) A Desburocratização, sem necessidade de recorrer à sede para organizar os processos, contribui para decisões serem colocadas em prática com agilidade.
- 3) Todo evento que é organizado com recursos depositados na conta da UNEMAT sofre com falta de rapidez na liberação.
- 4) Os campus locais podem propor e gerir cursos de pós-graduação por conhecer com mais propriedade as necessidades locais.

TESE XI

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT.

PROBLEMA / JUSTIFICATIVA:

Perfil da Universidade quanto a sua Autonomia didático -pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

PROPOSTA / TESE: Autonomia de gestão financeira

ART... Deverá a partir da aprovação do novo regimento a receita destinada da Unemat seja repassada diretamente aos Campi, via CNPJ do mesmo, respeitando critérios (peso) relacionado ao ensino, pesquisa e extensão.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Mangueira – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

TESE XXV

LINHA DE REFLEXÃO: Orçamento e Financiamento da Universidade.

PROPOSTA/TESE:

Definição clara dos critérios para divisão de recursos entre os campus.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário

Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário

Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário

Emerson Mendonça – Funcionário

Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

TESE X

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT.

PROPOSTA / TESE:

Art. - Transferência da Reitoria para Várzea Grande como sendo centro catalizador facilitando o acesso e comunicação com todos os campi.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Mangueira – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabrcio Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

TESE II

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Por ser a UNEMAT uma instituição pública, com *Campi* distribuídos em diversas regiões do Estado, as quais apresentam características específicas de acordo com sua localização (Pantanal, Cerrado e Amazônia Legal) e condições climáticas diferenciadas, destaca-se a necessidade de adequação das edificações e espaços de convívio às peculiaridades e determinantes locais.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

TESE III

LINHA DE REFLEXÃO: PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

PROPOSTA / TESE:

Questão ambiental, no contexto contemporâneo de sustentabilidade, deverá ser uma premissa fundamental no desenvolvimento de projetos, trabalhando-se a arquitetura regional, o estudo de técnicas e materiais locais visando à utilização eficiente desses meios e técnicas, bem como a preservação adequada deste conhecimento conforme a região e a cultura.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico



PRÉ-TESE XIX – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- () II – Políticas de Ensino e Graduação;
- () III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- () V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

A Universidade do Estado de Mato Grosso conquistou vitórias imensuráveis com a aprovação dos novos PCCS, da categoria dos docentes e da categoria dos funcionários. Os benefícios dessas vitórias certamente terão repercussão na qualidade do ensino e no crescimento institucional, que deve ser notado, e cobrado pelo segmento dos alunos.

Mas, no tocante a esta pré-tese, queremos abordar a questão da estruturação mínima para o trabalho docente. Segundo o PCCS dos docentes (lei complementar N° 320 - 2008), são atribuições dos docentes da UNEMAT:

Art. 6° São consideradas atividades da Carreira dos Docentes da Educação Superior:

I – as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à produção do conhecimento, à ampliação e à difusão do saber e da cultura;

II – as inerentes ao exercício de direção, coordenação, chefia e assessoramento na própria instituição ou em outras previstas em lei;

III – as inerentes às atividades sindicais, científicas ou representativas de classe ou de categoria profissional.

Parágrafo único. A definição do que são atividades de ensino, de pesquisa e de extensão bem como a sua regulamentação serão elaboradas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE.

E ainda:

§2° Os docentes integrantes da Carreira da Educação Superior terão as seguintes atribuições, entre outras definidas pelos Conselhos Superiores da Universidade:

I – Professor Auxiliar – Classe A: Exercício das atividades de ensino na graduação, participação em atividades de pesquisa e extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores, orientação de monografia de graduação, participação em banca de concurso público para Professor Auxiliar e, eventualmente, gestão universitária;

II – Professor Assistente – Classe B: Além das atribuições da classe de Professor Auxiliar, exercício das atividades de ensino na graduação, elaboração, coordenação e participação em projetos de pesquisa e de projetos de extensão, orientação de bolsistas de ensino, pesquisa e extensão, aperfeiçoamento, participação em banca de concurso público para Professor Assistente, e, eventualmente, gestão universitária;

III – Professor Adjunto – Classe C: Além das atribuições da classe de Professor Assistente, exercício das atividades de ensino na graduação e em curso de pós-



graduação stricto sensu, orientação de alunos de pós-graduação stricto sensu, participação em banca de concurso para Professor Adjunto, e, eventualmente, gestão universitária;

IV – Professor Associado – Classe D: Além das atribuições da classe de Professor Adjunto, exercício das atividades de ensino na graduação e em curso de pós-graduação stricto sensu, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, atividades de pós-graduação, participação em banca de concursos para Professor Associado, e, eventualmente, gestão universitária;

V – Professor Pleno – Classe E: Além das atribuições da classe de Professor Associado, exercício das atividades de ensino na graduação e em curso de pós-graduação stricto sensu, exercerá a coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico dos grupos de produção de conhecimento, participação em banca de concurso para Professor Pleno e, eventualmente, gestão universitária.

Faremos aqui uma um breve resumo dessas atribuições, tomando a liberdade de simplificá-las. A leitura dos artigos acima citados nos permite concluir que o docente da carreira Universitária deverá:

- a) Preparar aulas para os cursos de graduação
- b) Orientar alunos em monografias de conclusão de curso, iniciação científica, mestrado, e outros.
- c) Atender e selecionar bolsistas e monitores
- d) Elaborar, participar, coordenar e executar projetos de pesquisa e extensão

Pois bem, naturalmente há de se esperar que essas atividades de dêem em um *local* e *horário* determinados. Ou seja, se o docente deve preparar aulas ou atender um bolsista deverá fazê-lo em algum lugar, e o local óbvio para que isso ocorra é na própria Universidade.

Atualmente, isso nem sempre é possível. Simplesmente porque os docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso ainda não possuem um local de trabalho. Não existe (por mais absurdo que isso pareça!) um local reservado para que os docentes realizem seu trabalho previsto no PCCS. Imagine que retirássemos do funcionário do setor financeiro sua mesa, sua sala e seu computador: como o mesmo realizaria suas funções? Ou ainda, se negássemos ao chefe de departamento seus arquivos, conexão a *Internet*, armários, telefone, mesa: como o mesmo garantiria a continuidade do andamento do curso de seu departamento?

Ora, mas isso é exatamente o que se passa neste exato momento com a classe dos docentes na Universidade do Estado de Mato Grosso. Os docentes não possuem local de trabalho fixo. Atualmente, aqueles que realmente desejam dedicar-se à instituição procuram um lugar “livre”, um canto para tentar exercer suas funções precariamente. Imagine que o funcionário do financeiro tivesse que, a cada dia procurar um computador livre, carregar todos seus arquivos e notas consigo toda vez que tivesse que trabalhar. E mais ainda, haverá dias em que o mesmo simplesmente não encontrará instalações livres para efetuar seu trabalho, atrasando, inevitavelmente suas atividades. É claro, alguns docentes têm remediado essa situação trabalhando em suas próprias casas, onde tem a estrutura necessária, como mesa, armários, conexão com a *Internet*, livros, etc.

Obviamente essa situação não pode perdurar. Se queremos exigir, e devemos exigir, de nossa classe de docentes empenho no crescimento da Universidade, devemos



fornecer o mínimo de condições para o trabalho docente. Isso é exatamente o que aborda esta pré-tese.

Assim, esta pré-tese é a favor do estabelecimento de uma estrutura mínima para a pesquisa e para o trabalho docente, sendo que investimentos extras devem ser obtidos pelo próprio docente através da busca de recursos junto às instituições de fomento.

3. PROPOSTA / TESE

Para que o trabalho docente possa ser realizado de forma eficiente e digna, indicamos as seguintes necessidades *mínimas* de infra-estrutura:

- i) Sala de 15 m² para três docentes (uma sala para três docentes)
- ii) Mesas e cadeiras de escritório
- iii) Armário com chave
- iv) 3 (três) computadores com acesso à *Internet*
- v) Ar condicionado

Obviamente, o corpo docente está buscando exercer suas funções apesar dessas deficiências na infra-estrutura, mas é necessário um plano de execução para implementar essa estruturação mínima.

No longo prazo, acreditamos que a quantidade de recursos captados pelos projetos de pesquisa dos professores irão superar o investimento inicial realizado.

Propomos então que a pró-reitoria de finanças crie um plano de estruturação para o trabalho docente que tenha um prazo determinado para ser completado, cumprindo com as exigências acima.

4. RESUMO

Pré-tese que aborda o problema de falta de local de trabalho para os docentes da instituição e sugere a implantação de um programa de estruturação mínima para os docentes da instituição.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Jair Reck, Marfa Magali Rohers, Kapitango. Luciana M. Elias de Assis (Discentes) Vivianne Santiago Cavalcante. (Fucionário),Ademir Cardoso da Silva.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- (X) II – Políticas de Ensino e Graduação;
- () III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- (X) V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a finalidade precípua da UNEMAT da oferta de ensino superior gratuito, laico e de qualidade, indissociável da pesquisa e da extensão, e também pelo respeito aos princípios éticos e da administração pública, o respeito pela diversidade, pela pluralidade, pela igualdade de condições de acesso e permanência nas diversas modalidades de ensino oferecidas. A presente tese visa à discussão e a inclusão de políticas de acessibilidade, ergonomia e segurança física e mental no ambiente de trabalho, expandindo-se para a universidade como um todo.

3. PROPOSTA / TESE

Acessibilidade, Ergonomia e Segurança Física e Mental no Ambiente de Trabalho

Da acessibilidade

Acessibilidade é o direito de acessar a rede de informações, o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

A UNEMAT deve proporcionar acessibilidade de forma potencializadora em todo seu âmbito acadêmico, de forma planejada e acompanhada por profissionais qualificados.

Para fins de acesso, a UNEMAT deverá viabilizar:

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

Acessibilidade – condição para utilização, de forma segura e autônoma, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos da universidade, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Barreiras – liberdade de movimento, circulação com segurança e possibilitar acesso a meios de informação e comunicação;

Ajuda técnica – Qualificação constante de funcionários e professores para atendimento de qualidade a usuários portadores de necessidades especiais. Além de produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

Desenho universal – concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

A acessibilidade deve ser implementada não como uma política assistencialista, pois o objetivo possui como objetivo dar assistência. Deve ser compreendida como liberdade e acesso igualitário sem distinção de gênero, etnia, credo, forma física e mental. A não disponibilidade de informação e de comunicação é compreendida como uma barreira, não só para o PNE, mas para toda a comunidade. Sendo assim, a universidade deve promover a implantação atualizada desses meios de maneira irrestrita para a difusão do conhecimento.

É necessário lembrar-se da importância de professores e funcionários qualificados no âmbito da universidade, para que possam se relacionar adequadamente com portadores de necessidades especiais. Além disso, é preciso adquirir equipamentos destinados a esse tipo de atendimento. Assim a Universidade deve olhar seu público com as mais diferentes características e dificuldades para garantir um ensino de qualidade.

Da Ergonomia

Atualmente o real significado da ergonomia é desconhecido e mau interpretado, a qual vem se transformando e afetando as organizações e o ser humano. A Ergonomia tem por objetivo prevenir lesões musculares, utilização de equipamentos de informática ergonômicos, mobílias adequadas e confortáveis para organização e o trabalho, conforto físico do ser humano, sistemas de informação compreensível e de alta usabilidade.

É bom salientar que conforto no ambiente de trabalho não é sinônimo de ergonomia, pois segundo MORAES e MONTÁLVÃO;

“Ergonomia Trata da comunicação do homem com a máquina, trabalho e o ambiente para torná-lo seguro e confortável. Tem como objetivo melhorar a condição do trabalho humano e a segurança no trabalho, minimizando a carga física e mental, aumentando a produtividade da organização”

O profissional técnico da UNEMAT em situações do seu cotidiano interage com vários componentes em seu trabalho como: equipamentos, mobílias, formando interfaces (energéticas e posturas), formando interfaces ambientais, cognitivas e organizacionais. Por meio destes têm as seguintes preocupações no que tange a ergonomia:

Ergonomia Física – É a carga física sofrida pelo corpo humano em situações de trabalho. Fatores como: movimentos repetitivos, manuseio de matérias, força excessiva, posturas desfavorável, relacionada com desordens músculo-esquelético, podem trazer ou ocasionar danos irreversíveis a saúde do profissional técnico, afetando assim sua qualidade de vida intra e extra Universidade.

Ergonomia Cognitiva – É a análise da capacidade e dos processos de formação e produção de conhecimentos em sistema em geral. Incluem carga mental de trabalho, desempenho de habilidades, erro humano, interação entre o ser humano e o computador. O respeito cognitivo do PTES é fundamental

para uma boa produção no ambiente de trabalho, bem como influência diretamente na qualidade de vida do servidor.

Ergonomia Organizacional – A UNEMAT deve buscar um equilíbrio sócio-técnico entre as pessoas, tecnologia, incluindo a estrutura organizacional, políticas e processos. Podendo ser utilizada nos níveis operacional, tático e estratégico.

Assim, o princípio básico da Ergonomia é projetar o ambiente de trabalho que satisfaça as necessidades do trabalhador. De forma ideal, o ambiente de trabalho deve ser flexível o bastante para se adaptar às necessidades de cada indivíduo particularmente. Se o ambiente não é convenientemente projetado, o servidor acaba se adaptando ao ambiente, o que muitas vezes além de causar fadiga e desconforto, ainda reduz a produtividade.

Em se tratando de equipamentos de informática e mobiliário específico para meios informatizados, já existe o estudo e a disponibilidade dos mesmos. Porém, a UNEMAT deve compreender que a aquisição de bens não deve ser voltada apenas para o valor financeiro, é necessário incluir no momento dessa decisão as particularidades do setor a que se destina, os funcionários e o tipo de serviço que a ele se agregam.

A utilização de meios para viabilizar qualidade de vida no ambiente de trabalho, proporcionará também uma melhora dessa qualidade extra-universidade. Para ter um controle dos riscos de lesões e doenças causadas pela má qualidade da estrutura do ambiente de trabalho, a universidade deve prevenir implementando, um centro de ginástica laboral para acompanhamento dos funcionários nos seus respectivos setores, detecção de erros ergonômicos, seções de ginásticas laborais, treinamento para que os funcionários realizem atividades laborais antes e durante o ambiente de trabalho.

Considerações Finais

Devido ao avanço tecnológico que ocorre de forma continua em nossa sociedade, a aplicação da ergonomia torna-se indispensável, principalmente dentro de uma instituição de ensino, que visa formar profissionais capacitados

